

Goiás Previdência



# **RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL**

## **GOIÁS PREVIDÊNCIA**

**Goiânia - GO**



## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	2
2.1 Histórico.....	2
2.2 Hipóteses Atuariais.....	4
2.3 Plano Financeiro .....	5
2.4 Plano Previdenciário.....	10
3. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES .....	13
3.1 Histórico.....	13
3.2 Hipóteses Atuariais.....	14
3.3 Base Cadastral .....	15
3.4 Indicadores financeiros e atuariais.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18



## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a Goiás Previdência – GOIASPREV – é responsável pelos planos financeiro e previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e pelo plano financeiro do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Nesse contexto, a gestão atuarial desta autarquia trabalha no intuito de dar suporte técnico à instituição, desenvolvendo anualmente a Avaliação Atuarial como principal meio de acompanhamento dos custos e dos compromissos dos planos de benefícios<sup>1</sup> geridos pela instituição. Esse estudo compila as projeções dos benefícios concedidos e a conceder para verificar a solvência de cada um dos planos, fornecendo informações para a tomada de decisões baseadas em critérios de sustentabilidade financeira.

Dessa forma, este relatório de gestão atuarial visa dar transparência às projeções das últimas avaliações atuariais realizadas pela GOIASPREV para cada um dos três fundos. São denotados a evolução de cada resultado financeiro, atuarial e demográfico, bem como o histórico de alterações legislativas e de adoção das premissas e hipóteses para o amparo do cálculo atuarial. Este documento está separado em outras três partes, sendo duas referentes ao RPPS e ao SPSM e a última uma consideração final.

## 2. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Esta seção descreve questões relativas ao Regime Próprio de Previdência Social, que considera os planos financeiro e previdenciário dos servidores públicos do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público do Estado de Goiás (MP), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça (TJ) e Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE). Para isso, são utilizados os resultados encontrados nas Avaliação Atuarial de 2020, na Avaliação Atuarial de 2021 e na Avaliação Atuarial de 2022, que tem como datas focais os meses de dezembro de 2019, dezembro de 2020 e dezembro de 2021, respectivamente.

### 2.1 Histórico

A unidade gestora do RPPS é a GOIASPREV, criada por meio da Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009, que também dispõe sobre a estrutura e competências legais da Autarquia. Os benefícios de aposentadoria e pensão assegurados pela GOIASPREV são da modalidade Benefício Definido, com regras de custeio, de elegibilidade e de cálculo de benefícios definidas na Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020.

<sup>1</sup> Art. 26º da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.



Com a publicação da Portaria PREVIC nº 689/2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 7 de julho de 2017, se deu a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) no âmbito do Estado de Goiás, conforme previsto no § 1º do art. 2º da Lei estadual nº 19.179, de 29 de dezembro de 2015.

Portanto, para os servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 7 de julho de 2017 ou tenham realizado a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal, deve ser aplicado, para fins de valores da base de contribuição previdenciária e de benefícios, o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

No contexto da Emenda Constitucional (EC) federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, o Estado de Goiás, por meio da EC estadual nº 65, de 21 de dezembro de 2019, aderiu de forma integral ao Plano de Benefícios dos servidores públicos da União.

A Lei estadual nº 20.850, de 16 de setembro de 2020, instituiu a segregação da massa dos segurados para fins de equacionamento do déficit atuarial do RPPS, que no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) do exercício 2020 atingiu o valor de R\$ 55,2 bilhões a valor presente, considerando apenas um Fundo Financeiro estruturado em regime de repartição simples.

O critério utilizado para a segregação de massa possui relação direta com a instituição do RPC, tendo em vista que o Fundo Previdenciário, estruturado sob regime de capitalização, é composto pelos servidores que possuem base de contribuição e benefícios previdenciários limitados ao valor do teto do RGPS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 161, de 6 de dezembro de 2021, houve a alteração do texto da Lei Complementar nº 161/2020, o que permitiu aos servidores que tenham ingressado nos quadros da Delegacia-Geral da Polícia Civil até 6 de julho de 2017 o direito de integralidade e paridade com seus correlatos da ativa.

Em seguida, ocorreu a promulgação da Emenda Constitucional Estadual nº 71, de 16 de dezembro de 2021, que trouxe uma nova faixa de isenção às contribuições de aposentados e pensionistas, os quais passarão a contribuir sobre o valor dos proventos que superem o maior valor entre R\$ 3.000,00 (três mil reais) e 1 (um) salário-mínimo quando houver déficit atuarial no respectivo RPPS.

A seguir, são apresentadas as alíquotas de contribuição vigentes nos períodos analisados:

**Tabela 1: Alíquotas de contribuição**

Ano	Contribuição do servidor	Contrapartida patronal
2020	14,25%	28,50%
2021*	14,25%	14,25%/28,50%
2022	14,25%	28,50%

\*Ocorrência da segregação de massas, vide Lei Ordinária Estadual nº 20.850 de 16 de setembro de 2020.

Fonte: elaboração própria.



## 2.2 Hipóteses Atuariais

A Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, estabelece a necessidade de elaborar um Relatório de Análise das Hipóteses, observando critérios técnicos das premissas utilizadas para os estudos atuariais. A Tabela 2 descreve as hipóteses utilizadas para os cálculos do plano financeiro nas avaliações de 2020, 2021 e 2022.

Com exceção da taxa real de juros e das tábuas biométricas, é possível verificar as demais premissas se mantiveram as mesmas nas três análises. Em todos os anos, a idade normal de entrada no mercado de trabalho é de 25 anos, enquanto não se considera uma reposição para os servidores ativos que saíram do serviço público e se utiliza da tábua Álvaro Vindas para a probabilidade de invalidez. A taxa de crescimento salarial é de 1,02% a.a., a taxa para crescimento dos benefícios de quem tem direito à Integralidade e Paridade, é de 1 % a.a. e para os demais 0,0 % a.a, e o fator de capacidade salarial e de benefício é de 0,985. Por fim, é considerado uma taxa de rotatividade de 0% a.a., uma compensação previdenciária de 0,23% da despesa previdenciária e um percentual de instituidores de pensão de 60,43% nos últimos dois relatórios

Apenas duas hipóteses tiveram mudanças nesse tempo. A primeira são as tábuas biométricas para a probabilidade de sobrevivência do segurado, que se alterou para a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 no relatório de 2021, sendo que antes a utilizada era a de 2018. A segunda é a taxa real de juros, que antes era definido pela taxa parâmetro de 5,88% a.a. em 2020, mudou para a taxa de rentabilidade<sup>2</sup> de 4,07% a.a em 2021 e em 2022 foi utilizada a taxa de 4,74% a.a, conforme aponta o Relatório de Análise das Hipóteses.

**Tabela 2: Premissa utilizadas em cada Relatório de Avaliação Atuarial do plano financeiro**

Hipóteses	2020	2021	2022
Tábuas biométricas	IBGE - 2018	IBGE - 2019	IBGE - 2019
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de juros	5,88% a.a.	4,07% a.a.	4,74% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,02% a.a.	1,02% a.a.	1,02% a.a.
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de capacidade salarial e de benefício	0,985	0,985	0,985
Idade normal de entrada	25 anos	25 anos	25 anos
Reposição de servidores ativos	Sem reposição	Sem reposição	Sem reposição
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Compensação previdenciária	0,23% da despesa	0,23% da despesa	0,23% da despesa
Percentual de instituidores de pensão	60,43%	60,43%	60,43%

Fonte: elaboração própria.

<sup>2</sup> A taxa de rentabilidade dada pela política de investimentos é de 4,07% a.a.



É válido destacar que a composição familiar para todas as avaliações considera um casal em que o cônjuge é três anos mais novo se o servidor for homem ou três anos mais velho para as mulheres, com dois filhos 22 anos mais novo que o titular e que é considerado que o servidor vá se aposentar pela regra que lhe conceda a primeira elegibilidade, com um diferimento médio de 6 anos para aqueles que decidam não se inativar imediatamente.

Além disso, há um detalhamento em relação ao cálculo dos benefícios programados. Nas avaliações de 2020 e 2021, para o benefício de aposentadoria, é aplicado um fator redutor de 0,820 na última base de contribuição como servidor ativo para quem se aposenta com a média dos 80% maiores salários, de 0,775 para quem está sujeito à regra da média de todos os salários e não se aplica um fator para quem tem direito à integralidade e paridade. Já na avaliação de 2022, para o benefício de aposentadoria, é aplicado um fator redutor de 0,715 na última base de contribuição como servidor ativo para quem se aposenta com a média dos 80% maiores salários, de 0,688 para quem está sujeito à regra da média de todos os salários e não se aplica um fator para quem tem direito à integralidade e paridade.

Para o de aposentadoria por incapacidade e para os servidores que ingressaram após a aprovação da Emenda Constitucional nº 65/2019, o seu cálculo é feito pela média de todos os salários recebidos vezes 60% mais 2% por cada ano de contribuição que exceder 20 anos no momento do fato gerador, sendo que o menor valor possível para esse caso é o do salário mínimo vigente. Para o benefício de pensão, é considerado uma cota de 50% do valor da aposentadoria mais 10% por dependente, com valor máximo de 100%.

## 2.3 Plano Financeiro

O fundo financeiro possui regime financeiro de repartição simples, onde as contribuições recolhidas em uma determinada competência são utilizadas para o pagamento dos benefícios dessa mesma competência, sem o propósito de acumulação de recursos.

### 2.3.1 Base Cadastral

A Tabela 3 evidencia a composição da massa de segurados do Fundo Financeiro do RPPS/GO, que é formada por segurados ativos, inativos e pensionistas. Considerando a Avaliação Atuarial de 2022, os aposentados e pensionistas representam 57,90% da população, e demonstra uma redução de 6,45% em relação a 2021. Já a quantidade de segurados ativos foi reduzida em 5,32% em 2021 seguida de uma redução de 17,67% no ano de 2022. Os dados são obtidos do Sistema de Recursos Humanos (RHNET) e do Sistema de Gestão Previdenciária (GPREV), da GOIASPREV, através da Gerência de Tecnologia e Relacionamento com os Segurados (GTRS).



Tabela 3 - Estatísticas dos quantitativos dos segurados do Fundo Financeiro (2020 – 2022)

Tabela 3: Composição da massa de segurados analisada do Fundo Financeiro		
Ano	Massa	Quantidade
2020	Ativos	53.508
	Inativos	51.034
	Pensionistas	9.491
2021	Ativos	50.660
	Inativos	51.717
	Pensionistas	9.595
2022	Ativos	41.710
	Inativos	48.435
	Pensionistas	8.923

Fonte: elaboração própria.

A razão entre a quantidade de ativos e de beneficiários nos estudos ficou entre 0,73 e 0,88, o que significa que para cada benefício concedido existe pouco menos de um servidor ativo contribuindo para o seu custeio. A maior parte da base de dados são de mulheres, visto a grande presença de servidoras vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Educação.

### 2.3.2 Indicadores financeiros e atuariais

Esta sessão descreve os resultados das reservas matemáticas e das projeções atuariais da despesa, receita com contribuições e na necessidade de financiamento do plano financeiro do RPPS. A reserva matemática é uma relação entre o valor presente atuarial dos benefícios, concedidos ou a conceder, e o valor presente atuarial das contribuições dos segurados mais a compensação previdenciária. O seu valor positivo indica uma maior influência dos gastos com benefícios, enquanto o valor negativo revela um impacto mais relevante das contribuições.

A reserva matemática total é calculada a partir da reserva matemática dos benefícios concedidos, que são os compromissos líquidos com os beneficiários do Fundo, a reserva matemática de benefícios a conceder, que são os compromissos líquidos com o público ativo. De acordo com a Tabela 4, a primeira parcela apresenta um aumento percentual de mais de 3% entre os resultados da Avaliação atuarial de 2020 e 2022, enquanto a outra parte uma diminuição de 1,57%. No total, há um aumento de mais de 2% entre esses relatórios.

Tabela 4: Reservas Matemáticas do Fundo Financeiro

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
2020	42.590.886.594,23	12.650.885.824,34	55.241.772.418,57
2021	45.054.281.768,90	16.976.593.255,88	62.030.875.024,79
2022	44.060.178.425,82	12.451.640.569,40	56.511.818.995,09

Fonte: elaboração própria.



A não acumulação de um patrimônio líquido indica que o resultado atuarial é influenciado apenas pela reserva matemática. No contexto do fundo financeiro do RPPS do Estado de Goiás, essa variável exerce um impacto negativo, indicando um déficit atuarial que varia entre R\$ 55 bi, R\$ 62 bi e R\$ 56 bi nos relatórios de 2020, de 2021 e de 2022, respectivamente, conforme mostrado na Tabela 5 e na Figura 1.

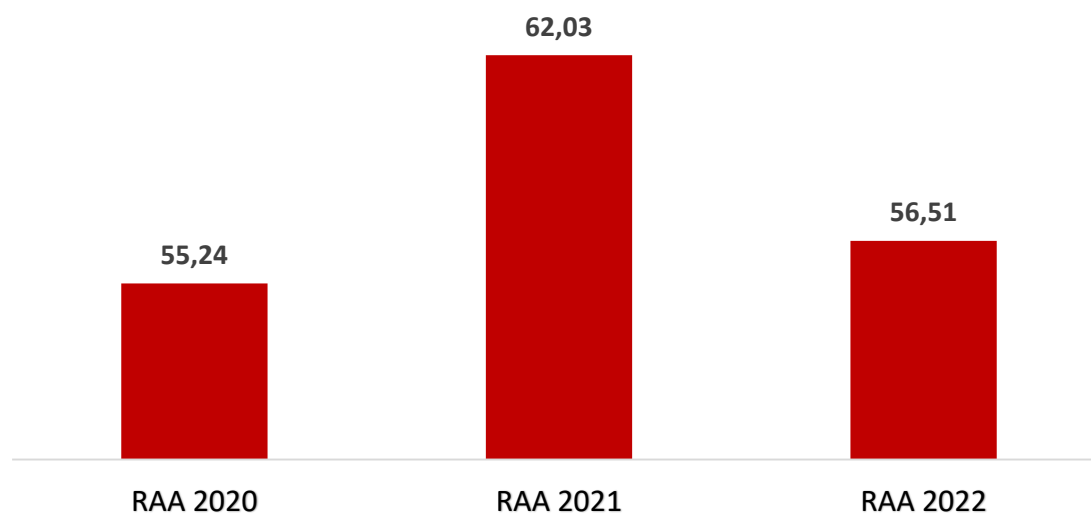
**Tabela 5: Resultados Atuariais do Fundo Financeiro**

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
2020	55.241.772.418,57	0,00	-55.241.772.418,57
2021	62.030.875.024,79	0,00	-62.030.875.024,79
2022	56.511.818.995,09	0,00	-56.511.818.995,09

Fonte: elaboração própria.

Em análise do relatório de 2021, o déficit atuarial aumentou 12,29% e o do estudo de 2022 diminuiu em 8,9%. Essa diminuição foi decorrente da redução da participação percentual de inativos e pensionistas na massa de segurados, o que implica na necessidade de uma menor reserva financeira para pagar os respectivos benefícios de aposentadoria e de pensão.

**Figura 1: Déficit Atuarial do Fundo Financeiro**  
(valores em R\$ bilhões)



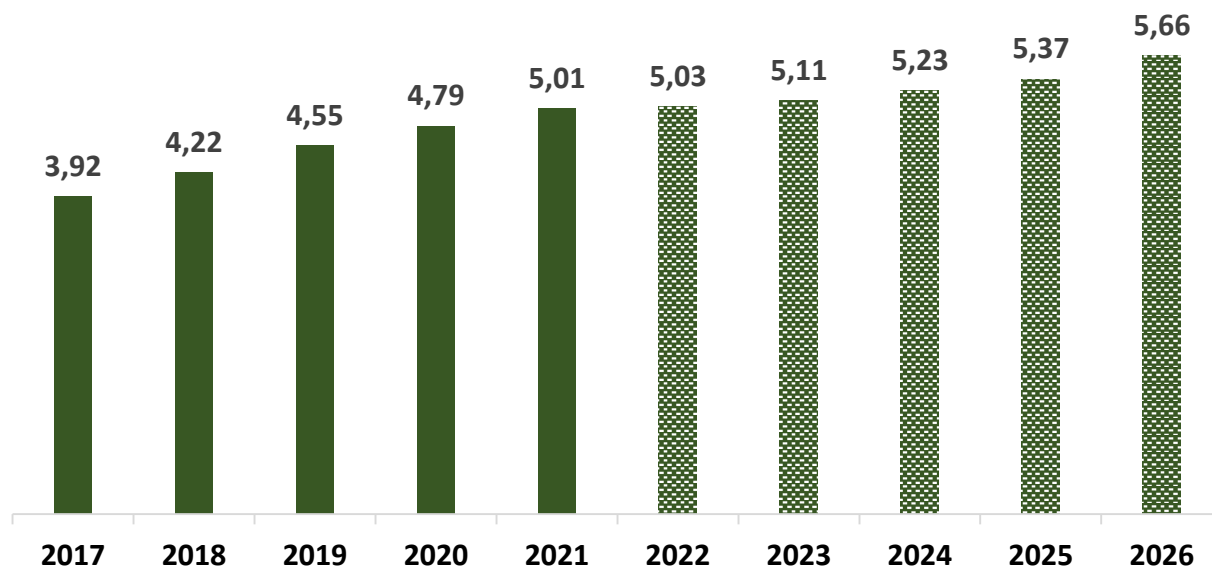
Fonte: elaboração própria.

Um dos resultados das avaliações atuariais é a possibilidade de estimar os valores futuros da despesa, receita e déficit previdenciários. A Figura 2 apresenta os valores realizados até 2021 e previstos até 2026 da despesa previdenciária, conforme Avaliação Atuarial de 2022. No curto prazo, é possível verificar uma tendência de crescimento dos gastos com benefícios previdenciários, atingindo um valor de R\$5,66 bilhões em 2026.





**Figura 2: Despesa previdenciária**  
(valores em R\$ bilhões)



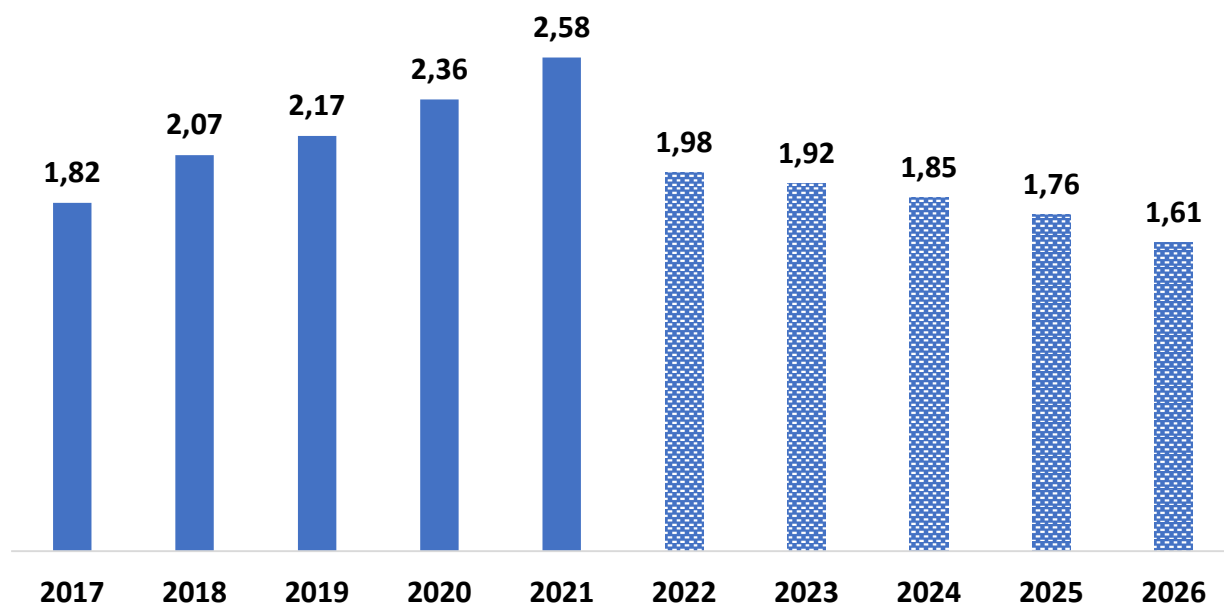
Fonte: elaboração própria.

No período compreendido entre os anos de 2017 e 2021, é notado uma taxa de crescimento médio de 6,34% a.a. Também se evidencia uma continuidade no crescimento da despesa nos anos projetados, mas a uma taxa de crescimento médio de 2,48% a.a. A redução na velocidade de crescimento da despesa do RPPS decorre da adoção das novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na EC federal nº 103/2019, que tendem a exercer mais influência sobre a despesa no médio e longo prazo, a medida que o estoque de servidores ativos com direito adquirido em relação à reforma previdenciária for se esgotando.

No que tange à receita total, no período compreendido entre os anos de 2017 e 2021, nota-se uma taxa de crescimento médio de 9,16% a.a. A Figura 3 apresenta a comparação entre a receita realizada e projetada para o Fundo Financeiro, em que é revelado um decréscimo a uma taxa média de 8,66 % a.a. entre os exercícios de 2022 e 2026. Isso decorre do decréscimo esperado do número de ativos e a perspectiva de pouco crescimento na remuneração média dos ativos já presentes na massa de segurados.



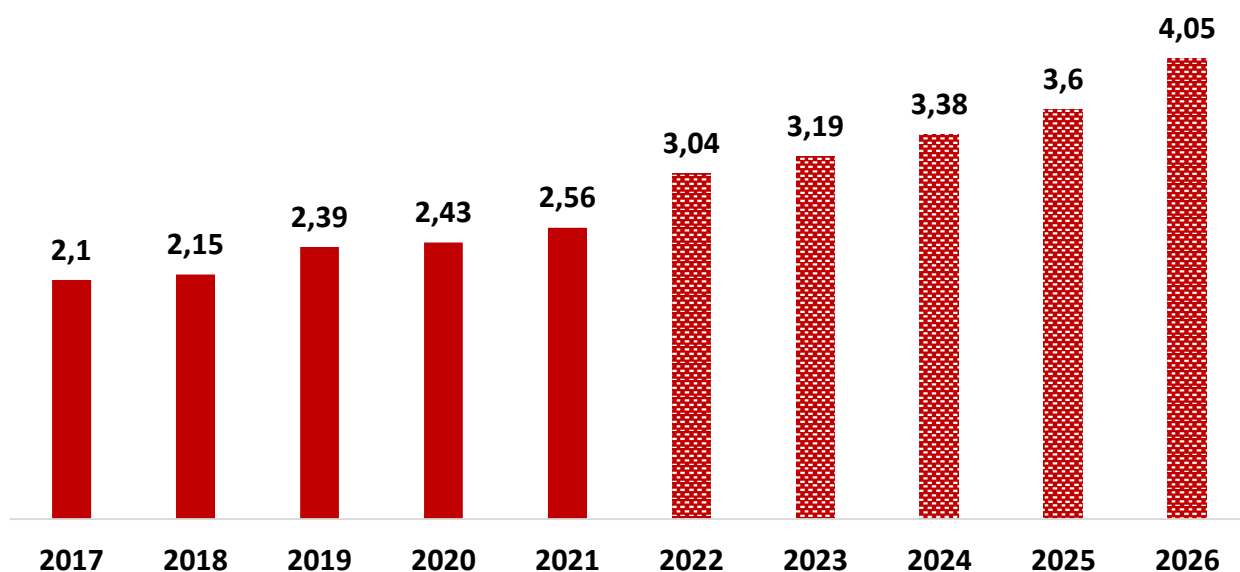
**Figura 3: Receita total**  
(valores em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria.

Entre 2017 e 2021, o déficit previdenciário apresentou uma taxa de crescimento médio de 5,14% a.a. Apesar da considerável redução do déficit atuarial com a aprovação da EC estadual nº 65/2019, as estimativas apontam uma taxa de crescimento de 9,73% a.a. no déficit previdenciário do RPPS entre os exercícios de 2022 e 2026.

**Figura 4: Déficit previdenciário**  
(valores em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria.



A comparação referente a remuneração média para a base de cálculo dos ativos, contida na Tabela 6, constatou um aumento de 3,18% em 2021 para os segurados ativos e uma redução de 15,41% em 2022. O valor médio dos benefícios dos inativos e pensionistas sofreu duas limitações, tendo uma perda de 5,01% e 11,79% em 2021 e 2022, respectivamente.

*Tabela 6 - Estatísticas das remunerações médias dos ativos e valor médio dos benefícios dos aposentados e inativos (2020 – 2022)*

Remuneração Média/Valor Médio dos Benefícios	2020	2021	2022
Ativos	R\$ 6.679,73	R\$ 6.891,84	R\$ 5.830,15
Inativos	R\$ 5.800,43	R\$ 5.898,06	R\$ 5.242,57
Pensionistas	R\$ 7.240,05	R\$ 6.488,89	R\$ 5.684,25

Fonte: elaboração própria.

## 2.4 Plano Previdenciário

O Fundo Previdenciário do RPPS está estruturado sob o regime financeiro de capitalização, onde os ativos garantidores, acrescidos das contribuições futuras, às receitas por eles geradas e outras espécies de aportes, são utilizados para o custeio de todas as obrigações do plano de benefícios. Esse plano foi institucionalizado em novembro de 2020, com a Lei estadual nº 20.850, de 16 de setembro de 2020.

### 2.4.1 Base Cadastral

A massa de segurados do plano previdenciário do RPPS é composta apenas por segurados ativos em decorrência de sua recente implementação somado com o fato de que apenas os segurados que ingressaram a partir de 07 de julho de 2017 ou aqueles que decidiram migrar do plano financeiro para esse fundo. A maior parte da massa segurada é composta por homens.

A Tabela 7 descreve a composição da massa segurada. É possível averiguar que 266 servidores ingressaram no fundo previdenciário entre a Avaliação Atuarial 2021 e 2022, correspondendo a um crescimento de 10,51%.

**Tabela 7: Composição da massa de segurados analisada do Fundo Previdenciário**

Ano	Massa	Quantidade
2021	Ativos	2.532
	Inativos	-
	Pensionistas	-
2022	Ativos	2.798
	Inativos	-
	Pensionistas	-

Fonte: elaboração própria.



#### 2.4.2 Indicadores financeiros e atuariais

Uma vez que ninguém ainda se aposentou pelo plano previdenciário e não há pensionistas ligados a ele, a reserva matemática dos benefícios concedidos é igual a 0 (zero). Além disso, a reserva matemática dos benefícios a conceder é negativa em ambos os estudos, com o montante de R\$ -109 milhões e R\$ -198 milhões, respectivamente.

**Tabela 8: Reservas Matemáticas**

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
2021	0,00	-109.096.858,39	-109.096.858,39
2022	0,00	-198.467.490,61	-198.467.490,61

Fonte: elaboração própria.

Na avaliação atuarial de 2021, foi acumulado um montante de R\$ 7,99 milhões devido a aplicação dos recursos por dois meses, novembro e dezembro. Até 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado foi de pouco mais de R\$ 61,71 milhões.

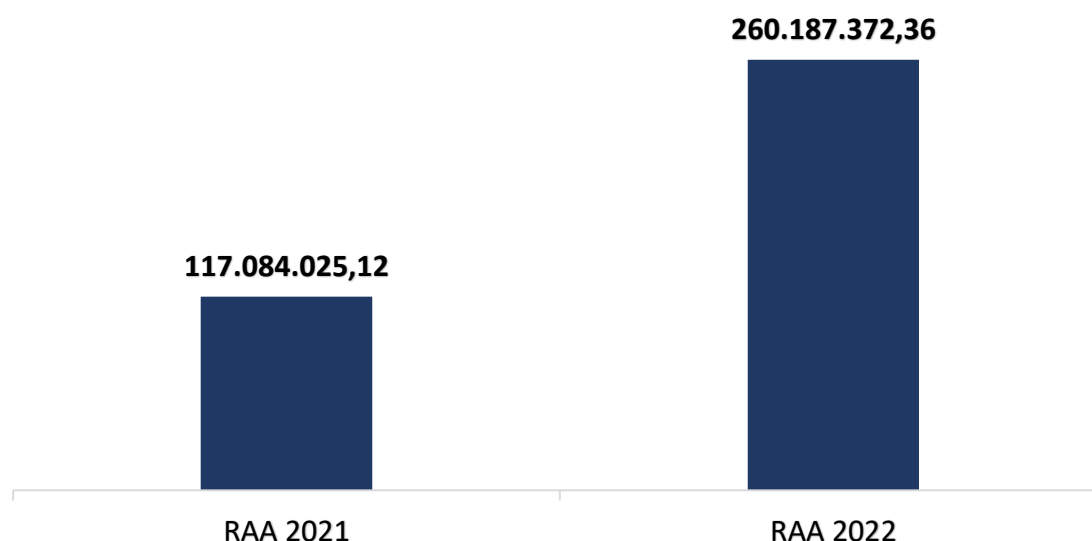
**Tabela 9: Resultados Atuariais**

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
2021	-109.096.858,39	7.987.166,73	117.084.025,12
2022	-198.467.490,61	61.719.881,75	260.187.372,36

Fonte: elaboração própria.

A Figura 5 ilustra o resultado atuarial nas avaliações de 2021 e 2022, confirmando um superávit de mais R\$ 117 milhões e R\$ 260 milhões na avaliação atuarial de 2021 e de 2022, respectivamente.

**Figura 5: Superávit Atuarial**



Fonte: elaboração própria.



A composição do Fundo Previdenciário é de segurados ativos que ingressaram a partir de 07 de julho de 2017 ou por aqueles que decidiram migrar do plano financeiro. A massa de segurados é formada, em sua grande maioria, por homens, tendo, na Avaliação Atuarial de 2022, apresentado um aumento de 18,03% na quantidade de segurados do sexo masculino.

*Tabela 10 - Estatísticas dos Quantitativos dos Segurados Ativos por Sexo (2021 – 2022)*

<b>Estatísticas dos segurados ativos por sexo</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Homens	1.631	1.925
Mulheres	901	873
Total	2.532	2.798

Fonte: elaboração própria.

A remuneração média para os homens na Avaliação Atuarial de 2022 é de R\$ 4.745,88, contabilizando 5,8% a mais em relação à remuneração média das mulheres.

*Tabela 11 - Estatísticas das remunerações médias dos ativos por sexo (2021 – 2022)*

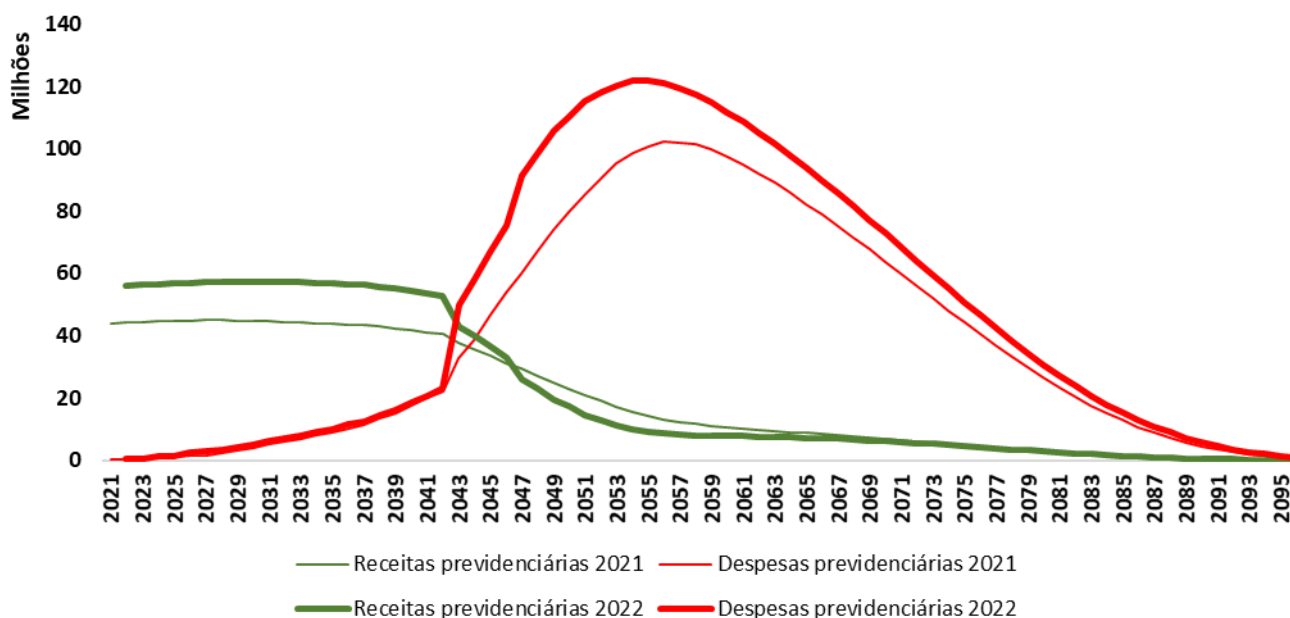
<b>Remuneração Média dos segurados ativos por sexo</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Homens	R\$ 4.760,09	R\$ 4.745,88
Mulheres	R\$ 4.634,85	R\$ 4.485,68

Fonte: elaboração própria.

Os fluxos atuariais presentes nas avaliações atuariais de 2021 e 2022, apontam o ápice das Receitas Previdenciárias para os anos de 2027 e 2029, e para as despesas, nos anos de 2056 e 2055, respectivamente.



Figura 6: Distribuição dos fluxos das Receitas e Despesas nos anos de 2021 e 2022



Fonte: elaboração própria.

### 3. SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

Esta sessão trata dos pontos previdenciários que tangem o Sistema de Proteção Social dos Militares, que considera os segurados vinculados à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar.

#### 3.1 Histórico

A aprovação da Lei federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, traz a uma série de mudanças para a legislação dos militares vigente, incluindo a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, também conhecida como Estatuto dos Militares, e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares.

A alteração das alíquotas previdenciárias está entre os principais tratados por essa lei. Até 2019, eram aplicadas as mesmas regras que a dos civis, com 14,25% de contribuição sobre o cálculo de base e 28,50% de contrapartida patronal, passando a vigorar, a partir de março de 2020, a alíquota de 9,5% e, em janeiro de 2021, o percentual de 10,5%. Além disso, como o SPSM deixou de ter caráter previdenciário, a contribuição patronal para os militares deixou de existir. Esses valores estão resumidos na Tabela 12.

**Tabela 12: Alíquotas de contribuição**

Ano	Contribuição do militar	Contrapartida patronal
2020	9,50%	0,00%
2021	10,50%	0,00%
2022	10,50%	0,00%

Fonte: elaboração própria.



### 3.2 Hipóteses Atuariais

A Tabela 13 descreve as premissas atuariais utilizadas para a avaliação atuarial dos militares de 2020 a 2022. As hipóteses relativas às tábuas de sobrevivência, taxa real de crescimento salarial e taxa real de juros tiveram alterações ao longo do período analisado, já a tábua de entrada em invalidez, fator de capacidade dos benefícios, idade normal de entrada no mercado de trabalho, reposição de servidores ativos e rotatividade não sofreram alterações ao longo desse período. Além disso, a composição familiar considerada é de um casal em que o cônjuge é três anos mais novo se o servidor for homem ou três anos mais velho para as mulheres, com dois filhos 22 anos mais novo que o titular.

**Tabela 13: Premissas utilizadas em cada Relatório de Avaliação Atuarial**

Hipóteses	2020	2021	2022
Tábuas biométricas	IBGE - 2018	IBGE - 2019	IBGE - 2019
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de juros	5,88% a.a.	5,45% a.a.	4,84% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,04% a.a.	1,03% a.a.	1% a.a.
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de capacidade salarial e de benefício	0,985	0,985	0,985
Idade normal de entrada	25 anos	25 anos	25 anos
Reposição de servidores ativos	Sem reposição	Sem reposição	Sem reposição
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Percentual de instituidores de pensão	88,38%	88,38%	88,38%

Fonte: elaboração própria.

A partir de 2020 foi elaborado um relatório de hipóteses, que não era confeccionado anteriormente, que considerou algumas alterações para os militares. A primeira delas é a mudança da tábua de sobrevivência, indo da que é calculada pelo IBGE de 2018 para a de 2019 no último relatório. Em relação à taxa real de crescimento salarial e de crescimento dos benefícios de quem tem direito à integralidade e paridade, ela passou de 1,04% a.a. na avaliação de 2020 para 1% a.a. na avaliação de 2022. O percentual de instituidores de pensão, calculados a partir de 2020, mostra que 88,38% dos militares deixam um benefício de pensão após seus óbitos. Em relação à idade projetada para a reserva remunerada, analisada a partir do documento de 2020, um militar irá escolher a regra que lhe garanta a menor elegibilidade, com um diferimento médio de 2 anos para aqueles que decidirem não se aposentar de imediato.

Sobre benefício programado de reserva remunerada, como há uma promoção automática no momento da inativação, se aplica um fator de 1,2 sobre a última remuneração como ativo para quem tem o direito adquirido em relação ao Decreto estadual nº 9.590/2020 e um outro de 1 para os demais militares. Para o benefício projetado de reforma causado por invalidez, o militar recebe com integralidade a remuneração do posto que estiver assumindo. Da mesma forma para os benefícios projetados de pensão militar, o beneficiário recebe o equivalente ao provento no momento do fato gerador e terá paridade com os militares da ativa caso isso venha a ocorrer na vigência do Decreto estadual nº 9.590/2020.



### 3.3 Base Cadastral

A Tabela 14 descreve a composição da massa analisada dos militares em cada um dos relatórios de avaliação atuarial, em que é possível verificar o quantitativo de militares ativos, inativos e pensionistas considerados em cada relatório, bem como a sua idade média e sua remuneração média. Os dados foram extraídos no RHNET e no GPREV através da GTRS.

**Tabela 14: Composição da massa de segurados analisada do SPSM**

Ano	Massa	Quantidade
2020	Ativos	15.747
	Reserva/Reforma	7.693
	Pensionistas	3.145
2021	Ativos	14.760
	Reserva/Reforma	8.478
	Pensionistas	3.216
2022	Ativos	14.314
	Reserva/Reforma	8.698
	Pensionistas	3.412

Fonte: elaboração própria.

Em análise há uma queda no número de ativos de 2020 a 2022, ao mesmo tempo, é possível observar um aumento do número de inativos e de pensionistas. Além disso, há uma predominância de homens militares entre os ativos e os que estão na situação de reserva ou reforma remunerada, enquanto as mulheres são maioria apenas entre os pensionistas.

Uma das consequências da redução de militares ativos e um aumento dos demais segurados do SPSM é o aumento da razão de dependência. O menor valor alcançado é descrito no relatório de 2022, em que o valor de 1,18 indica que existe pouco mais de um militar ativo contribuindo ao SPSM para cada beneficiário do sistema de proteção.

### 3.4 Indicadores financeiros e atuariais

Esta sessão descreve os resultados das reservas matemáticas e das projeções atuariais da despesa, receita com contribuições e na necessidade de financiamento do SPSM.

A reserva matemática dos benefícios concedidos, que faz referência aos compromissos líquidos com os beneficiários do SPSM, apresentou um aumento de quase 16,74% na comparação entre 2020 e 2022, o que pode ser explicado pelo aumento do quantitativo de aposentados e pensionistas nesse período. Já a reserva matemática de benefícios a conceder, que são os compromissos líquidos com o público ativo, apresentou um acréscimo de 0,02%. Esses valores estão dispostos na Tabela 15. A reserva matemática total apresentou um aumento de 9,02% de 2020 a 2022. Tais acréscimos são resultados direto da mudança das taxas de juros atuariais, que deixou de ser diferente de 0% a.a. a partir de 2020.



**Tabela 15: Reservas Matemáticas do SPSM**

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
2020	17.354.204.114,93	14.905.851.338,52	32.260.055.453,45
2021	19.526.767.290,48	15.016.532.182,50	34.543.299.472,98
2022	20.258.996.983,03	14.909.353.662,77	35.168.350.645,80

Fonte: elaboração própria.

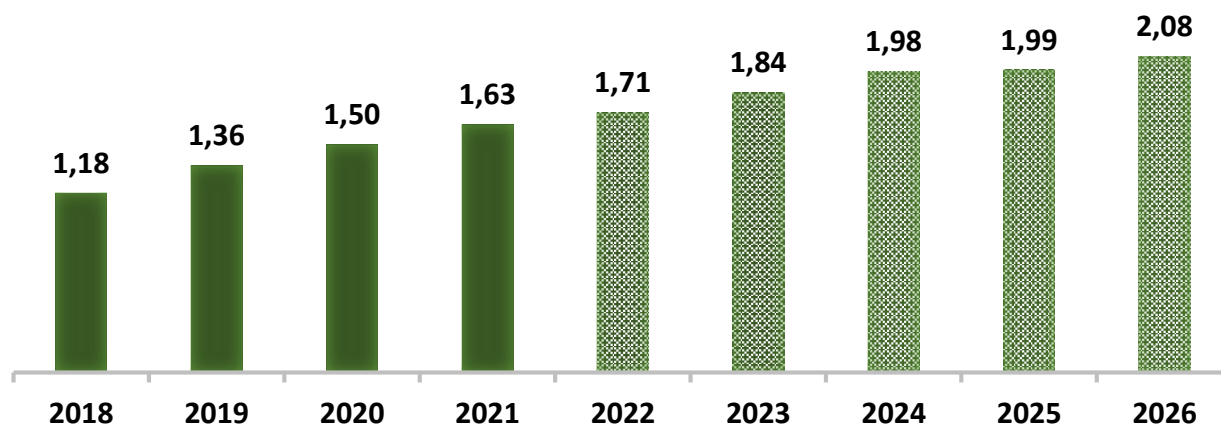
Considerando que o SPSM não acumula nenhum patrimônio líquido por conta do seu regime financeiro adotado, e que a reserva matemática total tem uma influência negativa no resultado atuarial, é possível concluir que o SPSM tem um déficit atuarial apurado na casa dos R\$ 32 bi, R\$ 34 bi e R\$ 35 bi nos relatórios de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, conforme mostrado na Tabela 16.

**Tabela 16: Resultados Atuariais do SPSM**

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
2020	32.260.055.453,45	0,00	-32.260.055.453,45
2021	34.543.299.472,98	0,00	-34.543.299.472,98
2022	35.168.350.645,80	0,00	-35.168.350.645,80

Fonte: elaboração própria.

A Figura 7 apresenta a despesa previdenciária realizada e projetada para o SPSM, para 2022 é esperado o valor de 1,71 bilhões, um crescimento de 4,91% em relação ao ano anterior, e uma crescimento da despesa de 21,64% entre os exercícios de 2022 e 2026.

**Figura 7: Despesa Previdenciária**  
(valores em R\$ bilhões)

Fonte: elaboração própria.

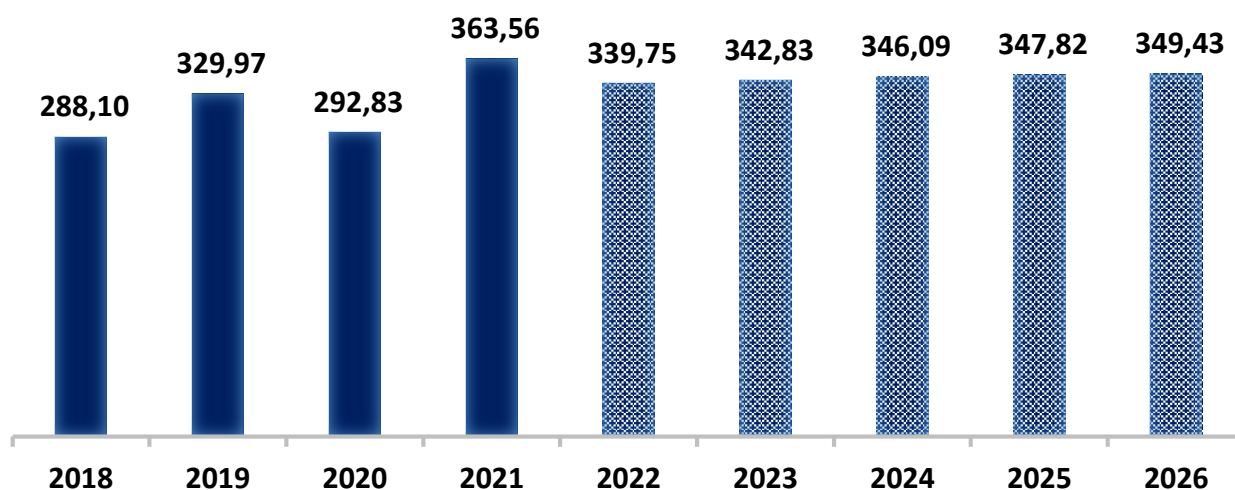
A redução na velocidade de crescimento da despesa do SPSM decorre da adoção das novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na Lei federal nº 13.954/2019, que tendem a exercer mais influência sobre a despesa no médio e longo prazo, a medida que o estoque de militares ativos com direito adquirido em relação à nova legislação for se esgotando.



No que tange à receita de contribuição dos segurados, entre 2020 e 2021, é possível observar um crescimento de 24,2% do total de receita de contribuição. Ressalta-se uma redução nos valores de 2020 em virtude da redução da alíquota de 14,25% para 9,50% na competência de março. Mesmo com o aumento da base de contribuição para todo o valor da remuneração que supere o salário mínimo em abril, o fechamento anual é de R\$ 292,83 milhões.

Figura 8 apresenta a comparação entre a receita realizada e projetada atuarialmente para o SPSM, evidenciando uma continuidade no crescimento da despesa a um crescimento de 2,85% entre os exercícios de 2022 e 2026.

**Figura 8: Receita De Contribuição Dos Segurados**  
(valores em R\$ milhões)

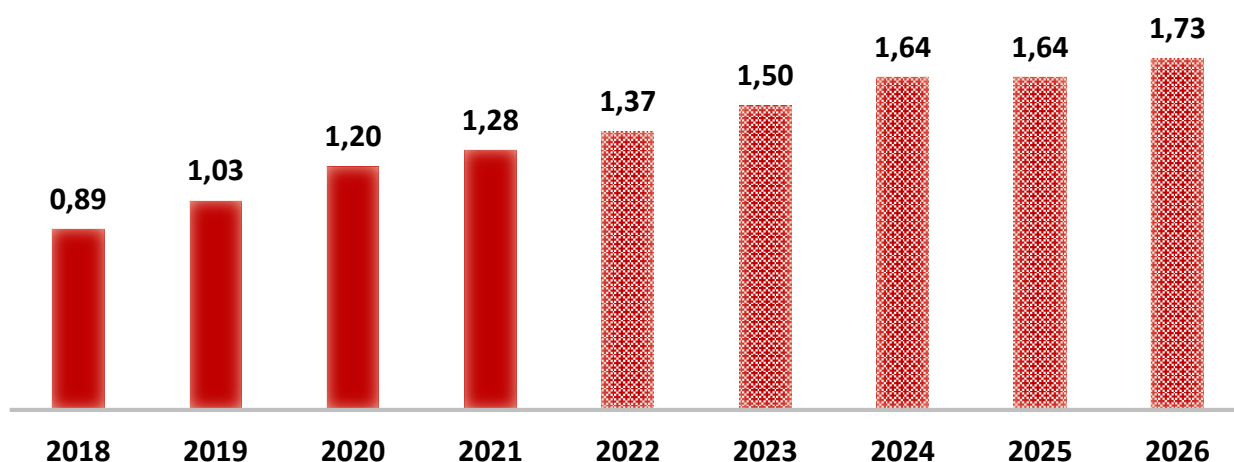


Fonte: elaboração própria.

A necessidade de financiamento é um resultado da combinação entre a despesa previdenciária e a receita de contribuição dos segurados. Se os gastos com o pagamento crescem a uma velocidade maior que a arrecadação previdenciária, os aportes que o Tesouro Estadual faz para pagar a diferença também aumentam. Para o exercício 2022, é esperado que o valor seja de R\$ 1,37 bilhão, apresentando uma taxa de crescimento de 7,03% em relação ao realizado no ano de 2021.



**Figura 9: Necessidade de Financiamento**  
(valores em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise é fundamentada nos resultados encontrados nos relatórios de avaliação atuarial de 2020, 2021 e 2022, dos fundos geridos pela GOIASPREV.

Em virtude dos fatos mencionados, para o Fundo Financeiro do RPPS/GO, se destaca uma diminuição do déficit atuarial apurado recentemente, devido a diminuição das RMBC e RMBaC, apesar da diminuição da taxa real de juros.

Para o Fundo Previdenciário do RPPS/GO, o aumento do resultado superavitário demonstra solvência do plano. É previsto que esse resultado se mantenha no longo prazo, uma vez que os recursos obtidos por meio das receitas previdenciárias são investidos no mercado financeiro, garantindo uma taxa de rentabilidade para os mesmos, com isso recomendo a manutenção do atual plano de custeio.

Para o Fundo Financeiro do SPSM/GO, foi avistado diminuição no quadro dos ativos, onde essa evasão pode ser explicada pela pandemia do COVID-19. O resultado do déficit atuarial do plano aumentou, podendo ser explicado pela diminuição da taxa real de juros atuariais acarretando impacto na apuração dos custos previdenciários.

Saliento que os resultados atuariais são extremamente sensíveis às variações das premissas e hipóteses utilizadas nos cálculos e que, alterações futuras destes agentes, poderão implicar mudanças significativas nos resultados atuariais.



Por fim, para uma gestão atuarial de qualidade, o acompanhamento dos resultados atuariais, das características da massa segurada, das premissas atuariais e da adequação das projeções efetuadas são de suma importância.

É o parecer.

Goiânia, 27 de outubro de 2022.

**Patrícia Ribeiro Silva Gomes**  
Assessora de Atuária e Investimentos

**Juliana Salgado Quintans**  
Gerente de Atuária e Dados Previdenciários  
Atuário MIBA nº 3292